

Visão da semana: os perigos da renegociação Dívida ext.

O noticiário econômico da semana passada foi predominantemente marcado, mais uma vez, pelas incertezas a respeito das negociações envolvendo a dívida externa. Contrariamente ao que era de esperar, parte expressiva das dificuldades estão sendo originadas no plano doméstico, enquanto aos nossos credores têm restado a imagem de uma equipe econômica que fala a diversas vozes e não define claramente a estratégia que pretende imprimir às conversações.

Com efeito, o governo tem-se mostrado dividido não apenas quanto à forma de negociar com o FMI, mas quanto à essência das medidas que deve adotar para viabilizar uma renegociação que não aumente a carga de problemas que o País já experimenta. Há uma postura que revela certa exacerbação nacionalista, mas que tem sido incapaz, pelo menos até agora, de traduzir-se por uma política econômica que efetivamente ataque o foco real da inflação, ou seja, os gastos públicos. Daí provém a incerteza dos credores, pois renegociar sem uma probabilidade mais confiável de que o devedor realmente se ajusta às circunstâncias representa igualmente um risco apreciável.

O setor privado da economia brasileira tem assistido quase impotente a esse vaivém de fórmulas de política econômica de curto prazo. Para ele, tem restado a nítida impressão de que o governo não deseja,

por mais que afirme o contrário, cortar seus gastos na proporção necessária. Ao contrário, as autoridades esquivam-se desse desafio, com todas as implicações políticas que isso carrega, e aumentam a carga tributária em detrimento dos segmentos produtivos do sistema. A prosseguir nesta marcha, será difícil aos credores apostar na recuperação nacional, da qual dependem até mesmo diversos bancos estrangeiros. A questão da dívida externa jamais deixou de ser uma via de mão dupla.

O problema é que a lentidão dessa renegociação vem afetando a condução das políticas domésticas e deixando o setor privado numa expectativa de incerteza quanto aos resultados que poderá registrar ainda neste ano. Já não há mais dúvidas de que o último pacote de cortes nos gastos públicos foi insuficiente. Prova disso é que a inflação apresenta sinais evidentes de retomar sua curva ascendente, o que deixa transparecer a pouca utilidade do controle de preços nas atuais circunstâncias. O mesmo ocorre com as taxas de juro, que não poderão ser baixadas por decreto como chegam a apregoar alguns economistas menos prudentes. Afinal, se há liquidez no mercado é simplesmente uma demonstração de que o setor privado ainda não se sente confiante a ponto de retomar um nível satisfatório de investimentos.

Outra evidência dos desencontros da atual administração foi um

decreto baixado com a finalidade de praticamente extinguir o Conin, o que volta a abrir campo para as manobras da SEI e para as intenções favoráveis à reserva de mercado na área de informática.

Enquanto isso, noticia-se que as autoridades buscam novas fórmulas para incentivar as cadernetas de poupança, em face da perda de competitividade em relação aos demais ativos financeiros. No fundo, trata-se de outra forma de tentar reforçar o fluxo de recursos para o BNH, novamente sem que se ataque as deficiências deste sistema.

Nem mesmo a comercialização dos estoques de produtos agrícolas em mãos do governo tem sido satisfatória. Tudo leva a crer que alguns leilões deveriam ter sido postergados, tentando-se outras alternativas para a desova dos estoques em mãos de produtores, cooperativas e demais intermediários. No setor cafeeiro, a confusão também reina, já que o IBC consegue desagradar a diversos segmentos, embora revele, como nas administrações anteriores, uma tendência a aproximar-se dos interesses dos exportadores. Agora, para a agricultura de modo geral, o problema político ganha novo contorno: o resultado da eleição para a CNA — Confederação Nacional da Agricultura, que acabou conduzindo ao cargo Flávio Britto, indicou uma séria divisão, que fatalmente dificultará o encaminhamento das reivindicações do setor.